



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0008337-02.2018.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **Vera Lucia Baptista**
 Requerido: **Eder Zacarias Processamentos ME (Universidade Corporativa)**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a parte autora alegou ter contratado a prestação de serviços educacionais junto à ré, efetuando pagamentos que especificou, mas esse curso foi interrompido porque a ré encerrou as atividades.

Almeja à devolução dos valores pagos à ré pelo descumprimento do contrato por responsabilidade dela.

A ré em contestação admitiu que em decorrência de fiscalização municipal no prédio em que desenvolvia suas atividades foi determinada a interdição do mesmo para adequações estruturais referentes à vistoria dos bombeiros.

Acrescentou que tais adequações estão em andamento e que já existe ação judicial em curso para retomar os trabalhos da escola.

Assentadas essas premissas, reputo que o acolhimento da pretensão deduzida é de rigor.

De um lado, os pagamentos implementados pela parte autora instruíram o relato exordial e (como demonstra o documento de fl. 04 – que o valor foi pago pela autora), de outro, a própria ré reconheceu a interrupção do curso ajustado pela interdição do prédio em que se dava.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Esse cenário basta para estabelecer a convicção de que a hipótese vertente não contempla a desistência do contrato imputável à parte autora, porquanto mesmo que ela desejasse dar sequência ao avençado isso não seria possível à míngua de lugar para tanto.

Restou positivado que na verdade a continuidade do contrato firmado não se deu por culpa da ré ao deixar de oferecer imóvel em condições estruturais adequadas para o recebimento de alunos.

Daí promanou a interdição do prédio em que isso sucedia.

Por idêntico motivo, não se pode cogitar da cobrança de multa rescisória à parte autora, configurada a exclusiva responsabilidade da ré na eclosão dos fatos noticiados.

Tomo como imprescindível a devolução dos pagamentos promovidos pela parte autora, de outra banda, porque diante do quadro delineado ficou claro que eles tiveram vez a partir de expectativa da realização de um curso completo que não se concretizou em função da desídia da ré, repita-se novamente.

Essa alternativa, ademais, transparece a mais adequada por razões de equidade, impondo-se aqui de forma excepcional a aplicação da regra do art. 6º da Lei nº 9.099/95.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão do contrato tratado nos autos e para condenar a ré a pagar à parte autora a quantia de R\$ 1.100,00, acrescida de correção monetária a partir do seu desembolso (maio de 2018), e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 13 de dezembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**